



**INSTITUCIONALIZAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA: POSSÍVEIS
REPERCUSSÕES NUMA VISÃO PSICANALÍTICA**

Rita de Cássia D'Avila Reis

Caxias do Sul, 2022

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DE CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
CURSO DE PSICOLOGIA

**INSTITUCIONALIZAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA: POSSÍVEIS
REPERCUSSÕES NUMA VISÃO PSICANALÍTICA**

Trabalho apresentado como requisito
parcial para Conclusão de Curso de
Graduação em Psicologia, sob orientação
da Profa. Dra. Tânia Maria Cemin.

Rita de Cássia D'Avila Reis

Caxias do Sul, 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Marcia e José, pois sem eles nada disso seria possível, foram a minha base em todos os momentos, acreditando em mim e me possibilitando a oportunidade de estudar e de realizar meus sonhos. Obrigada por comemorarem comigo cada conquista, mas principalmente por estarem ao meu lado em todos os momentos difíceis, me ajudando a estudar, escutando enquanto falava sobre meus trabalhos.

Agradeço aos meus avós Eneo e Neusa por me apoiarem em todo meu trajeto acadêmico, pelo incentivo e dedicação que sempre tiveram por mim.

Agradeço ao meu namorado Gabriel por sempre estar ao meu lado, me apoiando e incentivando. Por me fazer companhia enquanto escrevia meus trabalhos e ouvir falar sobre eles.

Agradeço aos meus professores por todos os ensinamentos durante a graduação e principalmente a minha orientadora Prof^a Dr^a Tânia Maria Cemin, por toda a dedicação e contribuição, sempre disposta a me auxiliar da melhor forma.

Agradeço a todas as pessoas que cruzei durante todo esse percurso, pois cada uma delas me marcou de alguma forma. As oportunidades que tive, principalmente de estagiar no programa Primeira Infância Melhor, onde pude aprender a me comunicar e ter empatia.

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
INTRODUÇÃO.....	7
REVISÃO DE LITERATURA	10
Desenvolvimento Psicológico Infantil.....	10
Instituições de Acolhimento	14
Aspectos fundamentais sobre relações das crianças com seus cuidadores em abrigos institucionais	19
MÉTODO	24
Delineamento	24
Fontes.....	24
Instrumentos.....	25
Procedimentos.....	25
Referencial de Análise	26
RESULTADOS	27
DISCUSSÃO	30
Categoria A: Questões relacionadas à família de origem	30
Categoria B: Estrutura da instituição - funcionamento, rotina e regras.....	32
Categoria C: Relações com cuidadores e entre as crianças	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. <i>Categorias para Análise e Cenas Retiradas do Artefato Cultural</i>	27
---	----

RESUMO

O presente trabalho busca identificar possíveis repercussões no desenvolvimento psicológico em função de uma institucionalização, quando esta ocorre na primeira infância, pela ótica da psicanálise. Busca, também, apresentar as principais características do desenvolvimento psicológico infantil na primeira infância, de acordo com as teorias psicanalíticas; caracterizar as mais diversas formas de instituições de acolhimento existentes no Brasil; e descrever aspectos fundamentais sobre relações das crianças com seus cuidadores em abrigos institucionais, na perspectiva winnicottiana. Para isso, aborda-se o processo de desenvolvimento psicológico infantil e a importância das relações nos primeiros anos de vida. Também descreve a história das instituições de acolhimento no Brasil e sua evolução através da criação de leis que garantem a proteção de crianças e adolescentes, caracterizando os diversos tipos de instituições de acolhimento. Por fim, é abordada a importância das relações que são construídas na primeira infância, ressaltando o caso das crianças que vivem em abrigos, com os seus cuidadores, os vínculos que são formados e as possíveis dificuldades encontradas. Como método é utilizado o delineamento de uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória, descritiva e interpretativa, tendo como fonte para análise o documentário “O que o destino me mandar” da jornalista Ângela Bastos (2006), que aborda a fala de crianças que vivem em abrigos e dos profissionais que atuam neles. A partir da coleta e análise de recortes desse artefato cultural foram criadas três categorias de análise: “Questões relacionadas à família de origem”, “Estrutura da instituição - funcionamento, rotina e regras” e “Relações com cuidadores e entre as crianças”. O referencial de análise utilizado foi a análise de conteúdo proposta por Lavelle e Dionne (1999). A discussão baseada nas categorias analisadas aponta que a institucionalização é um momento que gera ansiedade e medo para a criança, independentemente de como eram seus vínculos com sua família de origem. Também foi possível identificar que há uma certa dificuldade na criação de vínculos dentro das instituições de acolhimento, mas que ao mesmo tempo essas relações são fundamentais para ressignificar as experiências iniciais com suas famílias de origem. Portanto, pode-se considerar que há repercussões que podem atrapalhar um desenvolvimento psicológico sadio, entretanto há aspectos que podem auxiliar na ressignificação da história dessas crianças, por meio da criação de vínculos e experiências.

Palavras-chave: Institucionalização; infância; desenvolvimento psicológico; psicanálise.

INTRODUÇÃO

Desde o momento em que a sociedade incide com um novo olhar em relação às crianças, surge a necessidade de reformular as políticas que asseguram a sua proteção integral, através da criação de normas e leis. No momento em que esses direitos não são respeitados pela família, passa a ser responsabilidade do Estado o cuidado dessas crianças, e também da sociedade civil como um todo. Dessa maneira, é de grande importância que todos conheçam esses direitos, e também os estudos realizados na área, uma vez que o assunto é de interesse da sociedade como um todo (Lima, 2018).

Ao aprofundar mais o assunto é possível acompanhar a evolução dos tipos de instituições de acolhimento e também as diferentes perspectivas em relação a elas. Portanto, é necessário conhecer melhor a realidade da infância brasileira, assim como as situações que ocorrem as institucionalizações de crianças, uma vez que algumas delas ainda trazem características dos antigos orfanatos, que eram consideradas “prisões” (Parra, Oliveira & Maturana, 2019)

Ferreira (2014) enfatiza a relevância de se realizar mais estudos sobre essas realidades das crianças institucionalizadas e dos diversos tipos de instituições, principalmente pensando no Brasil, um país grande e multicultural. Mesmo existindo leis que regem todos esses aspectos, na prática elas são realizadas de maneiras diferentes, não havendo um padrão nesse sentido.

Rodrigues e Prebianchi (2021) relatam, em seu estudo, sobre consequências nas crianças em relação ao estresse que é originado da situação de institucionalização, devido à forte sensação de ameaça que sentem, sendo necessário que ela crie diversas estratégias de enfrentamento para isso, que acabam por repercutir em seu desenvolvimento. Com essa pesquisa, os autores enfatizam a importância da realização de estudos futuros sobre o tema, para que possam ser asseguradas medidas mais efetivas de atenção à saúde e desenvolvimento de crianças institucionalizadas, assim como estudos sobre o vínculo que é criado com seus cuidadores nas instituições.

As questões que envolvem a institucionalização na infância estão presentes em todas as realidades e classes sociais, mas sabe-se que os números são expressivamente maiores em famílias com condições econômicas mais desfavorecidas. Nesses casos, o abrigo da criança é apenas uma consequência de diversos outros fatores que atingem a ela e a família como um todo. Dessa forma, se torna um assunto de importância no âmbito social, possibilitando momentos de acolhimento e compreensão da situação na sua totalidade. (Dell’Aglia & Siqueira, 2006).

Durante o percurso acadêmico foram apresentadas, em diversas disciplinas, a importância dos vínculos estabelecidos na primeira infância, fases do desenvolvimento infantil, e como todos esses aspectos repercutem na vida adulta, como as disciplinas de Psicologia da Infância e Psicologia do Desenvolvimento. Dessa maneira, no caso de ocorrer o abrigo da criança, essas relações são fortemente modificadas, trazendo repercussões em seu desenvolvimento. Outro momento importante, aconteceu na disciplina de Psicologia Institucional, a instituição visitada foi o Instituto Filhos, que trabalha com o processo de adoção e com crianças institucionalizadas em Caxias do Sul. Nesse momento foi possível conhecer mais sobre o processo de adoção na prática e também o trabalho que é realizado com as crianças e adolescentes que estão nos abrigos, onde proporciona atividades recreativas, acompanhamento psicológico entre outros.

Ao longo da graduação teve-se a experiência de trabalho como estagiária do programa Primeira Infância Melhor (PIM) de Caxias do Sul. Nesse momento, além de aprender sobre o desenvolvimento infantil nas suas mais diferentes áreas, foi possível acompanhá-lo e observá-lo na prática, tendo contato direto com as famílias e crianças através de visitas domiciliares. Conhecendo mais sobre a importância dos vínculos familiares, para que esse desenvolvimento ocorra de forma mais saudável.

A partir disso, o presente trabalho buscou identificar possíveis repercussões positivas e negativas da institucionalização, no desenvolvimento psicológico, na primeira infância. Para isso, descreveu-se sobre o desenvolvimento infantil, em uma perspectiva psicanalítica, sobre os tipos de instituições de acolhimento no Brasil, suas origens e forma de funcionamento, bem como sobre as relações existentes nessas instituições. Com isso é possível, ainda, destacar a complexidade da função dos cuidadores que atuam em abrigos institucionais, a importância das relações entre as crianças que estão vivendo na mesma instituição, lembrando a importância das experiências iniciais da criança em seu desenvolvimento. Com a junção de todos esses pontos, surgem diversos questionamentos, e um deles compõe o problema dessa pesquisa: Quais as possíveis repercussões no desenvolvimento psicológico de crianças institucionalizadas na primeira infância?

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Identificar possíveis repercussões no desenvolvimento psicológico de crianças institucionalizadas na primeira infância.

Objetivos Específicos

- a) Apresentar as principais características do desenvolvimento psicológico infantil na primeira infância, segundo a psicanálise;
- b) Caracterizar as diversas formas de instituições de acolhimento existentes no Brasil;
- c) Descrever aspectos fundamentais sobre relações das crianças com seus cuidadores e entre elas em abrigos institucionais, na perspectiva psicanalítica.

REVISÃO DE LITERATURA

Neste trabalho será apresentado aspectos que compõem o processo de desenvolvimento infantil, tendo como base a teoria psicanalítica, explorando seus principais aspectos. Após será feito um apanhado sobre a história das instituições de acolhimento no Brasil, focando nas que são voltadas para crianças e adolescentes, chegando até os tempos atuais, onde será descrito suas formas de funcionamento. Por fim, utilizando os conceitos da psicanálise serão abordados os elementos fundamentais da relação entre as crianças e seus cuidadores em abrigos institucionais.

Desenvolvimento Psicológico Infantil

O desenvolvimento infantil é um processo bastante complexo, tem seu início antes mesmo do nascimento da criança. Ainda na barriga da mãe, o sujeito recebe influência, além da carga genética, do mundo externo. Constata-se que nesse período o cérebro produz duas vezes mais neurônios do que será necessário ao longo de sua vida, essas conexões neurais serão constituídas nas interações e vivências que a criança realizará após seu nascimento. Com isso, percebe-se que existem características que já nascem com o próprio sujeito e outras que são construídas por meio de vivências, formam sua personalidade e influenciam no seu desenvolvimento (Eizirik & Bassols, 2013).

Segundo a Lei nº 13.257, (Brasil, 08 de mar., 2016), a primeira infância é considerada o período que abrange o nascimento da criança até completar seis anos de idade. Quando se fala em primeira infância, Venancio (2020), destaca como sendo um período fundamental para o desenvolvimento físico, emocional e cognitivo, pelo fato de ser o momento em que são formados e consolidados os circuitos neurais e o cérebro está se desenvolvendo de forma rápida.

Eizirik e Bassols (2013) ressaltam que ao contrário da visão que se acreditava tempos atrás, sabe-se hoje que os recém-nascidos são complexos e que ao interagir com os adultos ao seu redor influenciam e são influenciados por eles. Esses primeiros momentos, contatos e conexões são fundamentais para o desenvolvimento da criança.

A psicanálise surge como uma forma de compreensão dos movimentos e processos mentais, um método de tratamento para transtornos emocionais e construiu uma teoria sobre o funcionamento mental, baseada no determinismo psíquico e na existência do inconsciente. O determinismo psíquico acredita que as situações derivadas de atividades mentais se originam como consequência de eventos que ocorreram no início do desenvolvimento do sujeito. O inconsciente por sua vez é um estado mental ao qual não se tem acesso

diretamente, apenas aos seus derivados, por meio de atos falhos, sonhos e outras manifestações, sendo ela também uma maneira de compreender o desenvolvimento humano. O fundador da teoria psicanalítica foi Sigmund Freud, que além das ideias sobre a interação de aspectos inatos do sujeito com suas experiências, também propõem uma teoria sobre o desenvolvimento infantil (Eizirik & Bassols, 2013).

Freud (1905/2006) alerta sobre a importância de olhar para o desenvolvimento sexual infantil, uma vez que na opinião popular a pulsão sexual é despertada apenas na puberdade, sendo considerada um fator ausente na infância, e quando ocorre é tratada como incomum e anormal. Freud considera que essa negligência era ocasionada pelo que denominou como amnésia infantil, situação em que os primeiros anos da infância são esquecidos em parte, camuflando o início de sua vida sexual.

A sexualidade infantil se manifesta de diversas formas, Freud (1905/2006) destaca que o ato de chupar é uma delas, consistindo na sucção de qualquer parte do próprio lábio ou pele que estiver por perto, sem a finalidade de alimentação. O autoerotismo também é citado, de forma que a sua energia não é direcionada a terceiros, e sim a si próprio, baseado em experiências de prazer que já vivenciou com o mundo externo.

Por meio de observações feitas, Freud (1905/2006) definiu quatro fases de desenvolvimento psicosexual, oral, anal, fálica e genital. São classificadas de acordo com as zonas erógenas e seus conflitos internos, a maneira que o sujeito transita em cada uma dessas fases pode deixar ou não resquícios em seu desenvolvimento.

Além da excitação que cada fase traz consigo, Freud (1905/2006) ressalta a existência de diferentes maneiras delas ocorrerem, isso se dá pelo fato de receberem influência do ambiente, ou seja, as excitações mecânicas. Essas excitações mecânicas seriam os movimentos que fazem as crianças adormecerem, ou que elas gostam de brincar, como balançar e sacudir. As atividades musculares também contribuem nesse processo, nas brincadeiras com o corpo, as tarefas intelectuais, a concentração nelas pode gerar excitação sexual. E por fim, os processos afetivos que quanto mais intensos forem, mais geram excitações que transbordam de sexualidade e ocasionam algum tipo de conforto por esse motivo.

A primeira é chamada de Fase Oral, ela tem seu início no nascimento e recebe esse nome pois a alimentação ainda está mesclada com a atividade sexual, está focada na incorporação de objetos e, posteriormente, na sua identificação. Pensando nos vestígios que essa fase pode deixar nos sujeitos, o ato de chupar o dedo é um deles, situação essa em que houve uma separação do ato de se alimentar, substituindo isso por uma parte do próprio corpo (Freud, 1905/2006). Ainda sobre a fase oral, Couto (2017) destaca que é através da

boca que a criança conhece o mundo ao seu redor, assim como o seio da mãe. O prazer fica relacionado à região da mucosa dos lábios e à cavidade bucal, estimulado por meio da alimentação principalmente.

A segunda é a Fase Anal, nesse momento já se inicia a ideia da diferenciação entre feminino e masculino, mas ainda não é definida dessa forma, o foco está no órgão da mucosa intestinal erógena, os instintos ainda são autoeróticos, mas o objeto externo já pode ser localizado (Freud, 1905/2006). Nesta fase, pode-se perceber diversos distúrbios intestinais relacionados à primeira infância, o objeto externo que é característico desta fase são as fezes, que podem ser consideradas como um objeto de troca nas relações que ele estabelece. Ao final dessa fase, a criança irá estabelecer relações em que abrirá mão de seu prazer, retendo suas fezes e ganhando prestígio social, é também a fase em que ocorre o controle dos esfíncteres. Iniciando aqui uma percepção sobre as divisões, nesse caso baseadas entre ativos e passivos, que repercutirá em toda a sua vida sexual (Couto, 2017).

A Fase Fálica, de acordo com Freud (1905/2006), vem após as organizações pré-genitais, momento em que é apresentado um objeto sexual, se aproximando da organização sexual definitiva, mas se diferencia dela pois nesse momento conhece apenas o genital masculino. Ele ainda ressalta que essa fase se baseia na presença ou ausência do pênis, o falo, que nesse caso é o objeto em que a libido será investida. Neste momento, o menino acredita que todos possuem um pênis e que ele possui um grande valor, no decorrer dessa fase ele chega à conclusão que a menina possuía um pênis, mas que perdeu, sendo o resultado de uma punição que recebeu, sentindo-se angustiado por isso. Já em relação às meninas, Freud (1925/2006) traz a inveja do pênis, que ao perceber a existência dele nos meninos, sente inveja pelo seu tamanho se comparado ao seu próprio órgão genital, sentimentos esses que geram sofrimento.

É na fase fálica que inicia as questões sobre o Complexo de Édipo, que ocorre dos três aos cinco anos, essa fase se caracteriza como um movimento inconsciente em que a criança expressa um desejo sexual ou amoroso pelo genitor do sexo oposto, ao mesmo tempo que demonstra hostilidade para o do mesmo sexo. O fim desse período inicial se dá quando a criança escolhe um novo objeto, o que acontece no período da latência (Roudinesco & Plon, 1944/1998).

O período de latência é o primeiro momento em que há uma possível escolha do objeto, por esse ser o primeiro momento de escolhas, os seus efeitos acabam por ser reduzidos, mas podem influenciar em possíveis distúrbios no final do processo. Nesse momento, o investimento libidinal fica voltado para outras áreas do desenvolvimento, como o racional e o social, esse processo é nomeado como sublimação (Freud, 1905/2006). Pode

ser considerado um momento de transição entre a sexualidade infantil e a adulta, e por isso, não é classificada como uma fase do desenvolvimento infantil (Couto, 2017).

Na Fase Genital, as pulsões se concretizam na zona genital, disponíveis para a função reprodutora, a caracterização sexual passa a ser dividida entre feminino e masculino. É nesse período que ocorre a desvinculação dos pais e a criação de vínculos mais fortes com outros sujeitos da sociedade, geralmente seus pares (Couto, 2017). É quando ocorre o segundo momento de escolha do objeto, e determina definitivamente a configuração da vida sexual do sujeito (Freud, 1905/2006).

Juntamente com as fases do desenvolvimento psicosssexual, Freud (1905/2006) também definiu o Instinto do Saber, período dos três aos cinco anos em que a criança tem seu primeiro desabrochar sexual e no mesmo período o dos seus desejos por descobrir, pesquisar e saber. Esse instinto se relaciona com todas as áreas de sua vida, mas se acredita que tem seu início na área sexual, com os questionamentos sobre a origem dos bebês, as diferenças entre os sexos, e outras questões.

De acordo com Roudinesco e Plon (1944/1998), o *self*, para a psicanálise, pode ser definido, de forma resumida, como os elementos que compõem a personalidade de um sujeito, sendo ele influenciado pelos mais diversos fatores. Winnicott (1983) identifica como sendo o verdadeiro *self* aquele que é proveniente do gesto espontâneo, estando fortemente ligado ao início da vida do sujeito, sendo desenvolvido por meio de um ambiente facilitador, que garante as condições necessárias para seu crescimento. Por meio de uma mãe suficientemente boa, que é capaz de completar a onipotência da criança, reforçando que ela possa manifestar seu verdadeiro *self* sem estar rodeada de obstáculos que não permitam sua continuidade. O falso *self* entra em contrapartida como uma alteração na sua personalidade para proteger, assim, o seu verdadeiro *self* do ambiente em que o sujeito está inserido, que já não é mais apenas o inicial que o protegia.

Winnicott (1987/1995) reforça que a separação de crianças pequenas de seus lares é mais prejudicial se comparada com crianças mais velhas. Nesse último caso, a separação pode inclusive ter aspectos benéficos para o desenvolvimento da criança. Mas não se pode afirmar se essas situações serão perigosas ou terão sucesso com antecedência, ou seja, antes de ocorrer. Isso se dá justamente pela definição e construção do *self* que, em crianças mais novas, ainda está ocorrendo, ou seja, ainda não possuem um *self* constituído.

Outro conceito importante nos estudos sobre o desenvolvimento infantil é o de mãe suficientemente boa de Winnicott (1983), tendo como principal função, a de servir como ego auxiliar para o bebê, proporcionando a ele uma experiência de onipotência. Situação essa

que só é possível pelo fato de a mãe possuir uma identificação projetiva com a criança, por já ter sido bebê um dia, havendo, assim, um potencial herdado nessa relação e vinculação.

Nas primeiras fases do desenvolvimento infantil, a principal função da mãe suficientemente boa é a de proporcionar ao bebê um amparo e uma sustentação física e psíquica, conhecido como *holding*. Também é fundamental que auxilie a criança no *handling*, sendo esse o manejo, o toque que possibilita que a criança habite o seu próprio corpo, e por fim, a função de identificação de objetos externos (Winnicott, 1978/2000). Os conceitos de *holding* e *handling* serão mais aprofundados no decorrer da revisão.

Esswein, Teixeira, Lopes e Piccinini (2021) destacam que o processo de *holding* sofre alterações de acordo com a faixa etária da criança, indo numa progressão de total dependência para a independência, sendo num primeiro momento mais relacionado ao cuidado físico que está ligado inteiramente com o psicológico e a comunicação não verbal. Portanto, nessa fase inicial do bebê, é fundamental para o seu desenvolvimento a presença de um cuidador com condições de vivenciar essa dependência, atendendo às suas necessidades, criando uma relação de dependência de ambas as partes.

Com o passar do tempo essa relação de dependência total vai se diluindo, criando espaço para novas vinculações e vivências, construindo aos poucos a sua independência e identidade pessoal, vivenciando além do seu próprio mundo subjetivo. É importante que nesse momento a mãe suficientemente boa forneça espaço para que essas pequenas frustrações ocorram, desconstruindo, assim, a sua onipotência. Os autores ainda destacam que esse processo não é linear, havendo momentos de retrocesso em relação à independência, e seus acontecimentos, que irão interferir na vida psíquica do sujeito do início ao fim (Esswein et al., 2021).

Fernandes e Peixoto (2021) salientam que o sujeito estabelece uma vinculação primária com a sua figura materna, mesmo que não esteja relacionada com a necessidade de alimentação, ilustrando que o sujeito teria alguns comportamentos, como a sucção, para expressar não a sua fome, mas a falta da interação com o outro, por exemplo, sendo essa sua forma de comunicação. Essas relações primárias são as principais influências para determinar a maneira que o indivíduo irá se comunicar com o que há no seu mundo interno, utilizando-se de fatores orgânicos do seu comportamento e também subjetivos da sua comunicação.

Instituições de Acolhimento

A história das instituições de acolhimento no Brasil se inicia na colonização portuguesa, com a chegada dos jesuítas no país que tinham a intenção de catequizar os índios

nativos, para isso acolhiam principalmente as crianças, que eram retiradas de suas famílias e levadas para abrigos, as *Casa dos Muchachos*. Nessas casas, viviam crianças indígenas e também vindas de Portugal, sendo uma mescla entre escola e casa de permanência, consideradas as primeiras instituições de acolhimento do Brasil (Carneiro & Dutra 2019).

No período entre os séculos XVII e XIX, é possível encontrar os primeiros documentos, trabalhos, estudos e investigações sobre o rompimento dos vínculos familiares na primeira infância. Nesses documentos também há relatos sobre a *Roda dos Expostos - Santa Casa de Misericórdia*, local em que as crianças eram deixadas com o intuito de serem cuidadas pelas instituições de caridade quase sempre relacionadas à igreja católica, nelas também havia um registro em que eram detalhadas informações desde sobre como a criança foi encontrada na Roda, até para qual família ou instituição foi destinada (Venancio, 2010).

De acordo com Fonseca e Kelly (2016), as condições de precariedade das instituições que abrigavam essas crianças foram expostas, gerando preocupações e ganhando espaço em discussões dentro e fora do país. Esse movimento gerou a criação de normas que determinam as formas de higiene e cuidado desses locais, principalmente por parte da igreja católica com a elaboração de escritos que determinavam, segundo os autores “*a boa criação dos meninos enjeitados*”. A partir dessas medidas, a Roda dos Expostos é extinta, e para suprir essa necessidade, que era grande devido ao empobrecimento da população, surgem algumas instituições educacionais e os seminários, neles as crianças eram alfabetizadas e educadas tendo como princípio fundamental as doutrinas católicas.

O papel do Estado nas localidades em que a igreja católica não tinha nenhuma instituição de acolhimento, era o de encaminhar essas crianças para alguma instituição e mantê-las financeiramente lá. Esse tipo de situação estava mencionado na Lei 1.828, que previa a obrigatoriedade da criação e manutenção de Casas de Caridade para abrigar as crianças que eram abandonadas. Nesse período, todas as crianças vindas de famílias com dificuldades financeiras eram encaminhadas aos hospitais como abandonadas, estando destinadas aos cuidados e proteção pública (Fonseca & Kelly, 2016).

Os autores Fonseca e Kelly (2016) trazem, também, que houve diversas outras instituições que surgiram na época com o mesmo objetivo, como a Residência dos Membros da Mesa, sendo um local para deixar as crianças abandonadas, que após seriam encaminhadas para os hospitais. Quando mais velhas, as crianças seriam encaminhadas para famílias que recebiam determinado valor para cuidá-las, voltavam para o seu lar de origem ou iam para seminários religiosos. Havia uma grande dificuldade para fazer com que os bebês sobrevivessem aos seus primeiros meses de vida nesses locais, uma vez que, por estar

em hospitais tinham contato frequente com doenças, não recebiam o leite materno e alguns cuidados acabavam por serem precários.

Apenas em 1922 ocorreu o primeiro Congresso em que o foco era a proteção da infância, nele foi discutida a existência dos asilos, locais em que as crianças pobres e em situação de rua eram encaminhadas, sendo instituições bastante disciplinadoras. Mantiveram também as instituições religiosas que cuidavam de crianças órfãs em sua maioria. Depois desse momento, foram elaboradas diversas leis e projetos que visavam essa população, mas ainda com caráter bastante punitivo e não tanto de cuidado (Poletto, 2012).

Esse cenário foi sendo alterado de maneira muito lenta, e só a partir de 1980, com denúncias e protestos que vieram à tona na mídia, mostrando a triste realidade dessas instituições, que novas medidas foram tomadas. Uma delas foi a criação da Comissão Nacional Criança Constituinte, que conseguiu incluir na Constituição Federal pontos importantes sobre a proteção de crianças. Com essa mudança, também é criado, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que passa a normatizar todas as ações relativas a essa população, juntamente com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, que prioriza as crianças, adolescentes e famílias em vulnerabilidades (Poletto, 2012).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi, então, considerado um marco da nova forma de tratar a infância, os quais foram identificados como sujeitos portadores de direitos. Desde a sua constituição algumas leis foram incorporadas, deixando-o mais atualizado. Pensando na institucionalização e abrigamento de crianças e adolescentes, há alguns artigos que fazem referência ao assunto, como o Art. 98, sinalizando que quando os direitos previstos no próprio estatuto forem ameaçados ou violados, as medidas de proteção devem ser aplicadas, sendo uma delas o acolhimento. No Art. 101, considerado a Nova Lei de Adoção, destaca-se o acolhimento tanto institucional quanto familiar como uma medida de caráter temporário e excepcional, sendo apenas um período de transição para a integração com sua família, referindo-se a de origem ou uma substituta, dando prioridade a convivência com a família e a institucionalização passa a ser apenas a última opção para preservar os seus direitos (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2021).

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) foi criada em 1993 com o intuito de promover uma rede de proteção social, destacando a proteção à família, à criança, ao adolescente, à maternidade e à infância, dando maior amparo aos sujeitos em situações de vulnerabilidade. O Art. 23 dessa lei prevê a implementação de programas e atividades que proporcionem amparo a crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal ou social (Brasil, 07 de dez., 1993). Por meio de alguns itens presentes no ECA e no Art. 227 da Constituição Federal de 1988, vários direitos das crianças e adolescentes devem

ser preservados, como o direito à alimentação, saúde, educação, dignidade, convivência familiar e outros, além disso os mantém resguardados de qualquer forma de negligência, exploração e violência (Brasil, 05 de out., 1988; Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos).

Com a criação do LOAS, diversos outros movimentos ocorrem nesse sentido, no Brasil, por meio de parcerias estabelecidas entre o governo, programas e projetos, diversas ações foram implementadas. Como exemplo, tem-se o suporte financeiro para que famílias possam acolher os seus filhos que estão em abrigos, acompanhamento das famílias pelo CRAS e CREAS, criação do cadastro nacional de adoção e do projeto Família Acolhedora, qualificação das equipes que trabalham nos abrigos, entre outros (Fonseca & Kelly, 2016).

No ano de 2009, criou-se a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, padronizando os serviços oferecidos pela proteção básica e especial no âmbito nacional. Os serviços são classificados de acordo com a sua complexidade, os relacionados às questões de acolhimento são considerados de alta complexidade, podendo-se encontrar as seguintes modalidades: Serviços de Acolhimento Institucional, que se dividem em abrigo institucional, casa-lar, casa de passagem e residência inclusiva; Serviços de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; e Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009).

Dentro dos serviços citados anteriormente alguns são destinados a crianças e adolescentes, como de famílias acolhedoras, que são famílias cadastradas no programa, que são capacitadas para receber crianças e adolescentes que estão afastadas de suas famílias, podendo ou não voltar para elas. Buscando, assim como nos demais, a reestruturação do vínculo com a família de origem, proporcionando inclusive visitas, sendo o serviço principalmente indicado a crianças e adolescentes com possibilidades de retorno aos seus responsáveis. Nesse tipo de serviço, o sujeito é acolhido de forma singular, tendo acesso a um ambiente seguro, de proteção familiar e comunitária, que lhe permite condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Esse tipo de iniciativa tem como objetivo reduzir a violação dos direitos, seu agravamento ou reincidência e desinstitucionalizar crianças e adolescentes (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009).

Em relação ao acolhimento institucional, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009) garante que, no caso de crianças e adolescentes, deve ocorrer quando os responsáveis não conseguirem proporcionar os cuidados e proteção necessários, o acolhimento deve ser de caráter provisório e excepcional. A instituição deve ser geograficamente e

socioeconomicamente próxima à comunidade de origem da criança, possuindo características residenciais, ambiente próximo ao familiar e crianças com vínculos familiares devem permanecer na mesma unidade. Há duas modalidades em que esses serviços podem ocorrer, com um grupo de até dez crianças e adolescentes, nele trabalha uma pessoa ou casal como cuidador residente, ou então em um grupo de no máximo vinte crianças e adolescentes, nesses casos os cuidadores se dividem em turnos fixos diários, estabelecendo, assim, uma rotina, podendo haver também uma espécie de plantão para receber crianças e adolescentes a qualquer momento (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009).

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009), nos acolhimentos institucionais o objetivo é a prevenção do agravamento de situações de violência ou negligência, facilitando e promovendo o desenvolvimento de aptidões e oportunidades para que o sujeito tenha escolhas autônomas. Nesses ambientes são promovidas diversas atividades com o objetivo de estimular o convívio familiar, social e grupal, construídos planos individuais, a partir dos quais são realizados os devidos encaminhamentos para a rede. Quando não há mais possibilidades de reinserção da criança ou adolescente na sua família de origem é garantido a sua colocação em uma família substituta. Com essa iniciativa procura-se reduzir a violência, rompendo esse ciclo, garantir os direitos de crianças e adolescentes, construir sua autonomia e reduzir os índices de pessoas em situação de rua ou abandono.

Segundo a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) (SUAS, 2011), a equipe de referência para abrigos institucionais, casa-lar ou casa de passagem é composta por um coordenador de nível superior ou médio para vinte usuários em no máximo dois equipamentos; um cuidador com nível médio e qualificação específica para até dez usuários por turno. A quantidade de cuidadores deve ser aumentada de acordo com o número de usuários com demandas específicas. Também conta com um auxiliar cuidador com nível fundamental e qualificação específica para até dez usuários, sendo aumentada quando houver usuários que demandam atenção especial, assim como os cuidadores. E por fim um assistente social e um psicólogo de nível superior para o atendimento de no máximo vinte usuários.

As Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009) normatizam a estrutura física, equipe profissional e outros aspectos de todas as ferramentas para acolhimento de crianças e adolescentes, deixando, assim, essas instituições padronizadas em todo o território nacional. Além das características de família acolhedora e abrigos institucionais, também ressalta as características das casas-lar, nas quais e se busca estimular relações mais

próximas ao de um ambiente familiar, com rotinas e vínculos semelhantes, sendo para no máximo dez crianças ou adolescentes por dispositivo, com um casal de cuidadores fixos, residentes, e essa é a principal diferença se comparar com os abrigos institucionais. Mas além do cuidador residente, a equipe conta com um coordenador, uma equipe técnica e um auxiliar educador (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009).

Para que a criança tenha um desenvolvimento psíquico saudável é fundamental que ela tenha um adulto cuidador disponível, portanto, os cuidadores que atuam no acolhimento institucional assumem esse papel, sendo responsáveis pelas tarefas que envolvam o cuidado. Os abrigos são locais em que as crianças sofrem influência dos cuidadores e das outras crianças, mas que também influenciam o local, por serem integrantes, fazendo parte dele. Portanto, os profissionais que atuam como cuidadores, além da posição importante que ocupam nas instituições, têm um lugar ainda mais importante na vida de cada sujeito que passa por ele, tornando-se, assim, uma profissão extremamente desafiadora, indo muito além das técnicas aprendidas (Lemos & Silva, 2019).

Aspectos fundamentais sobre relações das crianças com seus cuidadores em abrigos institucionais

Winnicott (1987/1995) já alertava para a importância das relações estabelecidas nas fases iniciais do desenvolvimento das crianças, alegando que as mães reconheciam que deixar os seus filhos longe delas por longos períodos geravam distúrbios e perturbações severas. Destacava ainda que, para crianças de quaisquer idades, a experiência de destituição do grupo familiar geraria tristeza e perturbações, mas para crianças menores, esses sentimentos iriam muito além disso, podendo causar até mesmo distúrbios na personalidade e repercussões que podem persistir pela vida toda.

O autor ainda esclarece que muitas crianças mais novas apresentam maior facilidade na adaptação a novas rotinas e cuidadores quando comparadas a crianças mais velhas. Essa pode ser uma facilidade ilusória, mostrando na realidade uma aflição, experienciando momentos de tristeza muito significativos. É comum nessas situações de crianças retiradas de suas famílias ainda muito pequenas, que não reconheçam seus familiares ao retornarem para seus lares, insinuando que o dano causado na ruptura foi radical e o caráter da criança foi seriamente afetado (Winnicott, 1987/1995).

Spitz (2004) também afirma que principalmente no primeiro ano de vida da criança a privação de cuidado é prejudicial para o desenvolvimento psíquico como um todo, podendo desencadear traumas. Por se tratar de um período em que o sujeito é mais maleável e ainda está no processo de maturação.

Pesquisas mostram que os recém-nascidos já conseguem reconhecer o rosto da mãe logo após seu nascimento, identificando assim, que já está presente neles a discriminação perceptual. E de dois meses em diante, eles já se mostram mais ativos em busca de interações e mais receptivos a elas também. Afirmando que, desde o nascimento, as interações que a criança realiza já são significativas (Fernandes & Peixoto, 2021).

Estabelecer e manter vínculos possui uma importância tão grande no desenvolvimento infantil, que é um direito garantido pelo próprio ECA. Em seu capítulo III, ele assegura a convivência familiar e comunitária, destacando que toda criança e adolescente deve se desenvolver em sua família de origem, ou família substituta (ECA, 2021).

Como já citado anteriormente, para Winnicott (1978/2000) o *holding* é fundamental para o desenvolvimento nos primeiros anos de vida da criança, indo além do toque físico, envolvendo as relações e as percepções em relação ao externo, fazendo uma ligação entre o mundo interior e o mundo exterior. Essa ligação é feita pelo que Winnicott denomina como “mãe suficientemente boa”, que seria o sujeito que proporciona à criança todo o amparo, sustentação e continência de maneira física e psicológica que ela necessita, mas também falha em suas ações, procurando sempre as corrigir (Winnicott, 1983). Essa definição se estende não apenas à relação mãe e bebê, mas também às relações iniciais da criança com seus primeiros cuidadores e até mesmo aos vínculos analista e paciente (Winnicott, 1978/2000).

Medeiros e Aiello-Vaisber (2014) reforçam a importância da qualidade do vínculo nas relações humanas, inclusive na construção do *holding*. Eles consideram fundamental dispor de tempo de qualidade para a construção de afeto, contribuindo para o desenvolvimento psicológico.

Ainda segundo Winnicott (1978/2000), o *handling* também se refere a um conceito fundamental para que a criança desenvolva uma percepção de si mesmo e de seu espaço físico. Nesse conceito, inclui-se um cuidado com toda a rotina que se realiza com a criança, como cuidados com sua higiene, alimentação, segurança e bem-estar.

Winnicott (1987/1995) afirma que para crianças que estão em situação de institucionalização e privadas de conviver com sua família de origem é importante fornecer um ambiente forte e estável dentro dos abrigos ou em famílias substitutas, além da psicoterapia. Indica também que os primeiros passos, nesses casos, é a identificação do desenvolvimento emocional que a criança obteve até o momento, para assim avaliar os danos causados e possíveis intervenções necessárias.

O abrigo institucional pode ser considerado um facilitador ou dificultador para o desenvolvimento infantil, essa percepção varia com a presença ou não de elementos de

proteção e risco, sendo uma relação muito singular, dependendo do sujeito que está abrigado, dos seus cuidadores, da sua família de origem e da instituição que está inserido. A quebra dos vínculos iniciais que essas situações desencadeiam podem gerar a formação de inseguranças em seus padrões de apego, que terão como possíveis consequências prejuízos intelectuais, somáticos, emocionais e sociais, aspectos esses que se não elaborados podem trazer diversas consequências no futuro do sujeito (Parra et al., 2019).

Parra et al. (2019) destacam alguns motivos que levam uma criança a uma institucionalização, que são: as mínimas condições financeiras, violência, uso de álcool e outras drogas por parte dos responsáveis, crianças em situação de rua, entre outras condições que podem ser resumidas como situações de negligência e abandono. A institucionalização é o momento de muitas mudanças na vida do sujeito, uma vez que vínculos familiares são modificados, dividindo espaço com as novas relações que surgem, e em muitos casos, o sentimento é de insegurança.

É necessário lembrar que antes de ocorrer a institucionalização de uma criança, todas as possibilidades de mantê-la com a sua família de origem foram exploradas, pois o seu afastamento pode gerar repercussões negativas no seu desenvolvimento, ainda mais quando o serviço de acolhimento não lhe garantir os meios para suprir suas necessidades de forma singular ou quando o processo se alongar de forma desnecessária. Os autores ainda acrescentam que quanto mais jovens forem as crianças institucionalizadas, maiores as chances de os possíveis prejuízos referente a essas ações serem irreparáveis, dependendo da situação da instituição. Além de todas as questões que envolvem o seu desenvolvimento, sabe-se da existência do preconceito e estigma social para com essas crianças, marcas que possivelmente carregaram por toda a vida (Parra et al., 2019).

Quando ocorre a institucionalização de uma criança, independentemente de como era o seu ambiente de origem, ela sofre uma perda do vínculo com a sua figura de apego. Se o acolhimento for a melhor opção no caso, é fundamental que haja a presença de uma mãe substituta para o desenvolvimento da criança, suprimindo suas necessidades iniciais, sendo esse o papel dos cuidadores nos abrigos institucionais (Winnicott, 1983). Conforme o papel do cuidador for realizado, sendo ou não uma figura substitutiva, os danos dessa separação poderão ser minimizados, dando lugar a uma relação segura, podendo aumentar a autoestima da criança (Tinoco & Franco, 2011).

Por outro lado, o abrigo será o local em que a criança irá realizar grande parte de suas atividades, constituirá vínculos e afetos. Aprenderá também a viver na sociedade, descobrindo possibilidades de se relacionar com o outro, podendo nesse momento

estabelecer novas formas de vinculação que se distanciam das suas primeiras experiências com sua família de origem, que por vezes podem ser negativas (Parra et al., 2019).

A pesquisa realizada por Marques, Cano e Vendrusculo (2007) com cuidadores que trabalham em abrigos institucionais constatou que as rotinas muito sistematizadas que alguns abrigos possuem, acaba por restringir o convívio e deixa de lado a subjetividade e singularidade das crianças, dificultando a criação de vínculos. Além disso, outra dificuldade encontrada é em relação às escalas de trabalho, os cuidadores relatam que não conseguem suprir as necessidades de afeto de todas as crianças de forma singular e personalizada, o que pode ocasionar a criação de vínculos mais frágeis e inconsistentes.

Devido ao fato de nos abrigos existirem diversas regras em relação a horários e atividades que precisam ser realizadas durante o dia, os cuidadores relatam que acaba não sobrando tempo para o lúdico, para os momentos de formação de vínculos e brincadeiras entre as crianças, que também são fundamentais para o desenvolvimento infantil. O brincar auxilia na liberação de estresse e tensão, que no caso de crianças que passaram pelo processo de institucionalização é presente na maior parte dos casos, portanto seria fundamental para auxiliar nesse processo. Nas fases iniciais do desenvolvimento é essencial que a criança estabeleça relações seguras para que possa se estruturar enquanto sujeito, criando sua própria identidade, sendo esse o papel dos cuidadores nos abrigos (Marques et al., 2007).

Winnicott (1975) em seus estudos também destaca a importância do brincar para o desenvolvimento infantil, focando não apenas no brinquedo em si, mas em toda a ação do brincar, uma atividade que trará prazer para a criança. O ato de brincar proporciona o rompimento de barreiras com a realidade, possibilitando que transite entre o subjetivo e o objetivo. Considera o brincar como fundamental para a comunicação da criança, pois é uma das mais importantes formas de expressão de seus sentimentos e medos.

O convívio dos cuidadores nos abrigos com as crianças desde muito pequenas, faz com que acompanhem todo o seu crescimento e desenvolvimento, criando relações profundas, investindo bastante tempo e afeto. Quando ocorre a saída dessas crianças, seja para retornarem a suas famílias de origem ou então para uma família adotiva, gera um sentimento de perda no cuidador, causando sofrimento e ansiedade em relação a essa falta ou às virem a ocorrer. Essa vivência pode estimular que esses profissionais desenvolvam relações mais distantes e defensivas com as crianças. Além disso, conforme a experiência no trabalho for mais frustrante e com mais vivências de abandono dessas crianças, pode aumentar as atitudes que evitam criar afetos profundos com elas, com o intuito de distanciar e evitar sofrimentos futuros. Isso acaba sendo bastante difícil, uma vez que em pesquisas

realizadas a maior parte dos cuidadores relata que a relação que possuem com essas crianças se aproxima da relação que possuem com seus próprios filhos (Lemos & Silva, 2019).

Devido à grande importância dos cuidadores das instituições de abrigo infantil, é fundamental que possuam clareza sobre a sua função, de criar vínculos com as crianças, contribuindo para a construção de um ambiente e relações similares aos familiares, ao mesmo tempo que não retirem a importância de sua família de origem ou a desvalorizam. Essa função pode causar um sentimento ambíguo, pois em alguns momentos os cuidadores podem se perceber realizando o papel de mãe/pai dessas crianças, mas precisam manter seu lado profissional em foco (Medeiros & Martins, 2018).

Desta forma, trata-se de uma função bastante complexa, a de cuidador, sendo necessário realizar capacitações continuadas, acompanhamento psicológico e orientações por parte da equipe técnica. Porém, pesquisas identificam que na realidade das instituições, esse suporte não é tão presente, o que acaba por potencializar os sentimentos de desamparo e desmotivação por parte dos cuidadores, interferindo diretamente nas condições de cuidado das instituições (Medeiros & Martins, 2018).

Nessas instituições de abrigo, além das relações que desenvolvem com os cuidadores, as crianças também se relacionam entre si, ou seja, com as outras crianças e adolescentes que igualmente estão institucionalizadas. Para crianças, esse contato com os grupos de pares é fundamental para seu desenvolvimento, fazendo com que haja uma identificação entre eles e tornando mais fluidas as fronteiras entre os diferentes contextos em que irá circular ao longo da vida, não ficando restrita apenas ao abrigo e às relações com os cuidadores (Cavalcante, Magalhaes & Pontes, 2007).

Além disso, Cavalcante et al. (2019) destacam o fato que as crianças acabam influenciando e sendo influenciadas umas pelas outras, sendo uma relação recíproca em que se estabelecem diversas trocas. Nos abrigos essas relações não são diferentes, a convivência diária com diversas crianças e adolescentes irá impactar cada uma delas de maneira singular, estabelecendo trocas que ocorrem a todo momento, ainda mais por virem de famílias de origem distintas, com costumes diferentes.

MÉTODO

Delineamento

O presente estudo utilizou como delineamento uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória, descritiva e interpretativa. Conforme Gil (2019), nas pesquisas qualitativas os resultados são expostos por meio de descrições, o seu enfoque é interpretativista, acredita-se que a comunidade deve ser entendida por meio do entendimento de quem a vive, sendo assim, compreendida por diversas perspectivas, admitindo que pode ser carregada de subjetividade, sendo assim fundamental para compreensão dos processos de interação social.

Tendo exposto os objetivos da pesquisa de identificar as possíveis repercussões no desenvolvimento psicológico de crianças, na primeira infância, que são institucionalizadas, a pesquisa exploratória foi uma alternativa, pois de acordo com Gil (2019) proporcionam uma visão ampla sobre um artefato cultural. Elas possuem como objetivo principal desenvolver, alterar e clarear conceitos, além de criar tópicos para serem aprofundados em outros estudos.

O tipo de pesquisa descritiva também se fez necessário nesse trabalho, pois auxiliou na caracterização dos elementos estudados e suas relações, utilizando-se padrões para a coleta de informações. Também se utilizou de um cunho interpretativo, momento em que se realizou associações e estabeleceu-se relações entre o artefato cultural escolhido e as fontes pesquisadas (Gil, 2019).

Fontes

Como fonte desse trabalho foi analisado o documentário “O que o destino me mandar” da jornalista Ângela Bastos (Bastos, 2006). Ele retrata a realidade de crianças que vivem em abrigos localizados no estado de Santa Catarina. Apresenta, por meio de falas das próprias crianças, como é a espera e expectativas em relação ao futuro, seus medos e inseguranças. Também possui com a participação de adultos e adolescentes que viveram desde pequenos nas instituições de acolhimento, contando suas histórias e experiências.

O documentário dá ênfase à esperança das crianças em relação à volta para sua família de origem ou ao momento de uma adoção. É relatado também sobre a rotina dentro dos abrigos, sobre as normas e regras existentes, e um pouco sobre seu funcionamento. O título do artefato cultural também é bastante significativo, uma vez que surge em uma das conversas com as crianças abrigadas, que ao ser questionado sobre seus sonhos em relação à vida adulta, respondeu: “quando eu crescer, quero ser o que o destino me mandar”.

Conta, também, com o relato de pais que decidiram adotar seus filhos, abordando sobre como foi o processo, quais as dificuldades e como tem sido essa experiência. Finaliza com a fala de profissionais, juízes, assistentes sociais e pesquisadores, de vários estados, relatando sobre o processo de adoção internacional e sobre os motivos que levam uma criança a ser institucionalizada e os procedimentos decorrentes disso.

Instrumentos

Como técnica para coleta, organização e apresentação de dados, foi escolhida a das tabelas. De acordo com Koller, Couto e Von Hohendorff (2014), essa técnica é útil para agrupar os resultados obtidos em uma pesquisa, deve-se atentar para que os termos usados na composição das tabelas sejam claros e facilmente compreensíveis. As informações analisadas foram coletadas de cenas recortadas do artefato cultural escolhido, as cenas mostram falas que retratam as relações com as famílias de origem, bem como as existentes dentro dos abrigos, e a estrutura das instituições. Esses recortes foram utilizados como material a ser analisado para tecer um entendimento sobre o tema abordado no trabalho.

Procedimentos

A elaboração deste trabalho teve como procedimento inicial a escolha da temática abordada num geral, assim como suas especificidades, após a escolha preliminar se inicia uma pesquisa sobre conceitos relacionados ao tema. Para a construção da revisão de literatura teve-se como principais bases de pesquisas a *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic) e os livros disponíveis na Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul (BICE) de forma virtual e física. As palavras mais utilizadas nas pesquisas foram: instituições de acolhimento, infância, relações, desenvolvimento, cuidadores e institucionalização.

Após esse momento inicial de pesquisa, decidiu-se o artefato cultural que seria utilizado, “O que o destino me mandar” (Bastos, 2006). Ele foi assistido diversas vezes, momento em que foram selecionadas as cenas que melhor se adequariam para atender aos objetivos do trabalho. Após foi elaborada uma tabela, que categorizam as cenas de acordo com o tema que tratavam. As categorias elencadas foram: questões relacionadas à família de origem; estrutura da instituição - funcionamento, rotina e regras; e relações com cuidadores e entre as crianças. Foi realizada uma análise de conteúdo, de acordo com Laville e Dionne (1999), assim como é mostrado abaixo.

Referencial de Análise

Para realizar o referencial de análise foi utilizado a análise de conteúdo proposta por Laville e Dionne (1999), o seu principal objetivo é facilitar o uso e entendimento do material que foi coletado, por meio de um estudo aprofundado em seus conteúdos. Nessa análise foram comparados, avaliados e identificados os excessos e os pontos principais de cada etapa da pesquisa, de maneira geral a análise de conteúdo desarma a estrutura do conteúdo como um todo, para assim conseguir identificar suas diferenças e significados.

Esse tipo de análise tem a facilidade de poder ser utilizada em diversos tipos de materiais e, conseqüentemente, em uma grande variedade de objetos de estudo. O trabalho foi iniciado com o recorte de informações e com a sua organização, nesse momento a busca foi orientada pelo problema de pesquisa. Essa organização favorece a condução por caminhos que forneçam informações faltantes e que são importantes para o desdobramento do estudo (Laville & Dionne, 1999).

Ainda de acordo com Laville e Dionne (1999), a análise de conteúdo não se trata de um método rígido, e sim um conjunto de possibilidades que levam a uma reestruturação do conteúdo. Por esse motivo, após a fase inicial, ocorreu o momento em que foram elaboradas as maneiras de agrupar os elementos elencados na pesquisa, decidindo as categorias que foram utilizadas, para que então pudesse classificá-las e analisá-las.

No presente trabalho, a escolha de categorias seguiu o modelo aberto, ou seja a classificação de elementos por categorias e as próprias categorias foram definidas *a posteriori*. Essa flexibilidade ocorreu devido ao formato exploratório que a análise de conteúdo propôs, nela as categorias não são definidas no início da análise, permitindo que sejam formadas ao longo do próprio processo de análise (Laville & Dionne, 1999).

Em relação à estratégia de emparelhamento, foi utilizada de forma focada na análise de dados, para que dessa forma fosse possível manter as relações com os sentidos da análise. Utilizando o emparelhamento se torna viável realizar uma associação entre as informações coletadas no referencial teórico e o artefato cultural escolhido, buscando exemplificações. (Laville & Dionne, 1999).

RESULTADOS

Na Tabela 1, apresenta-se recortes de cenas retiradas do documentário utilizado como artefato cultural. Essas cenas contêm relatos dos participantes que foram entrevistados, sendo eles crianças abrigadas, profissionais que trabalham nas instituições e pesquisadores da área. Eles fazem seus relatos sobre diversos temas relacionados à rotina em instituições de acolhimento, os sentimentos envolvidos no processo de institucionalização e também sobre as relações que envolvem essa situação.

Tabela 1

Categorias para Análise e Cenas Retiradas do Artefato Cultural

Categorias	Recorte do Artefato
A. Questões relacionadas à família de origem	<p>A.1) Participante A: Relata que antes de estar no abrigo, vivia em um ambiente onde os pais usavam drogas e as agressões eram frequentes, onde ele e seus irmãos presenciavam assaltos e em uma dessas ocasiões, estavam no carro com os ladrões. Conta que onde moravam, tinha estupradores, drogados, garotas de programa, finaliza relatando que “era bem difícil lá”.</p> <p>A.2) Participante B: Relata que há alguns momentos que sente saudades da mãe e que fica triste com isso.</p> <p>A.3) Participante C: Quando questionado se sabia o motivo de morar no abrigo, responde que é porque a sua mãe saiu à noite, pegou uma faca e matou um velho, no dia seguinte a polícia foi até a sua casa e levou ele. Depois disso foi embora com seu pai e por fim foi para o abrigo.</p> <p>A.4) Participante C: Ao relatar que rezava todas as noites, a criança é questionada sobre para que rezava. Conta que para Jesus e para o seu tio que está morto, pede para Jesus todos os dias para voltar para a sua família.</p> <p>A.5) Participante E: Lembra que no seu primeiro aniversário no abrigo, que foi o de quatro anos, a sua mãe foi até lá e levou um bolo e fizeram uma festinha para comemorar.</p> <p>A.6) Participante G: Conta que o lado ruim de viver num abrigo é</p>

Categorias	Recorte do Artefato
	<p>a saudade de uma mãe te dando aquela bronca, ou parabenizando pelas boas notas. Enfatiza que as relações não são as mesmas, que não sente as mesmas coisas de quando convivia com a mãe.</p> <p>A.7) Participante F: Relata que acreditava que a mãe iria levar ela para o mesmo caminho dela, de trabalhar em boate e ser prostituta, uma coisa que eu não queria. Lembra que muitas vezes ela fazia os programas em casa, onde ela acabava presenciando, conta que era muito ruim.</p> <p>A.8) Participante D: Conta que percebe que as crianças do abrigo são bastante revoltadas por se sentirem abandonadas, não sentem mais amor próprio, pois é uma dor muito grande ser abandonada pela mãe e pelo pai, saber que o pai e a mãe estão ali fora e eles estão ali dentro.</p>
<p>B. Estrutura da instituição - funcionamento, rotina e regras.</p>	<p>B.9) Participante B: Conta que nos finais de semana não tem nada para assistir que não tem nada para fazer no abrigo, e neste momento a vontade de voltar para casa se torna maior, para poder brincar com os amigos, jogar bola. Fala que no abrigo eles brincam com as outras crianças que também moram lá, mas não podem andar de bicicleta no mato e que tem algumas coisas que não podem fazer no abrigo, mas que podiam fazer em casa, concluindo que no abrigo é mais fechado.</p> <p>B.10) Participante C: Ao ser questionada sobre o que faz no abrigo, se estuda ou brinca. Responde que eles acordam e tomam café, quem é responsável pela cozinha já tem que organizar o café para o restante, depois disso lavam a louça e fazem outros serviços. Quem tem que ir para a escola, se arruma e vai para a escola, quando chegam de volta, as crianças que estudam de tarde se arrumam, almoçam e vão.</p> <p>B.11) No final do momento em que uma profissional que atua no abrigo (Juíza) conversa com as crianças sanando suas dúvidas ela</p>

Categorias	Recorte do Artefato
	fala que: “a gente vai se esforçar ao máximo para fazer o que for melhor para você e para seus irmãos”
	B.12) Participante D: Conta que sente um desconforto em relação a pessoas estranhas entrando na tua casa direto, que no abrigo não tem mais a privacidade que tinha antes, perdendo a liberdade.
	C.13) Participante C: Quando questionado sobre o que conversam antes de dormir com o colega de quarto, relata que lêem gibi, rezam e vão dormir, que não conversam nada de noite.
C. Relações com cuidadores e entre as crianças	C.14) A cuidadora atuante no abrigo conta sobre uma criança que foi praticamente criada dentro da casa-lar: “então ele é desligado, totalmente desligado, desligado do irmão, nota-se que foi criado longe do irmão. Tratamos ele um pouco diferente por causa do problema dele, ele é autista, não fala, é meio nervosinho. Para mim o que falta é uma família só para ele, por que aqui tratamos todo mundo igual e ele junto, então eu acho que se ele saísse daqui seria melhor tratado, não por causa de aqui de dentro, e sim pelo cuidado, vai ter um cuidado mais especial, vai ter um pai e uma mãe.”
	C.15) Participante G: Relata que morar num abrigo tem um lado bom que é o carinho e apoio que recebe.
	C.16) Participante E: Conta sua percepção de que depois dos sete anos é muito difícil ser adotado, pois quando “a gente é pequeno, tudo é bonitinho e fofinho, e eles querem levar”. Acredita que criança pequena se acostuma mais fácil, chama de pai e mãe.
	C.17) Participante F: Conta que em alguns momentos quando as monitoras pedem para as crianças menores fazerem as tarefas, ela fala “para deixar elas brincar, que eu mesma faço as tarefas, falo isso por que não tive isso de poder brincar quando era menor, não tive infância, deixa brincar até o último”.

DISCUSSÃO

A discussão seguirá a ordem das categorias e cenas elencadas e apresentadas na Tabela 1, por meio da estratégia de emparelhamento. Serão resgatados os relatos sobre as relações que os participantes tinham com suas famílias de origem, suas diferenças e os impactos que possuem em seu desenvolvimento, sendo observada a forma singular que cada um deles retoma essas questões. O documentário mostra diversos dados sobre a rotina das crianças que vivem nos abrigos e também de seus cuidadores, aspectos esses que serão relacionados com a forma de funcionamento deles elencada na revisão de literatura. Na revisão de literatura também foi destacado a importância das relações e vínculos que são construídos dentro dos abrigos, elementos que também são contextualizados no documentário.

Categoria A: Questões relacionadas à família de origem

Os relatos dos participantes A e C nas Cenas A.1 e A.3 são bastante parecidos, no sentido que ambos contam sobre realidades, histórias difíceis e com violência, ambos presenciaram alguns crimes. Considera-se que esses ambientes não proporcionam amparo para o desenvolvimento delas e nem a garantia de seus direitos. A importância de um ambiente saudável para o desenvolvimento infantil é destacado por Winnicott (1983) como sendo fundamental para a formação do verdadeiro e falso *self* da criança. Para que o verdadeiro *self* se desenvolva é necessário que a criança esteja inserida em um ambiente facilitador e receba os cuidados de uma mãe suficientemente boa, além disso também será possível que desenvolva seu falso *self*, e é ele que a protegerá do ambiente externo em que a criança está inserida. No caso dos participantes A e C que contam suas histórias, nas Cenas A.1 e A.3, pode-se considerar que esse ambiente de cuidado inicial, que prepara e protege do ambiente externo, não foi proporcionado e por isso foram institucionalizadas.

Como citado anteriormente, Winnicott (1983) enfatiza que, independente de como era o ambiente familiar em que a criança estava inserida, quando ocorre a sua saída deste local, para ir para o abrigo, há um sofrimento pela perda do vínculo, que mesmo de forma mínima ou não muito saudável, estava estabelecido. Essa questão pode ser identificada na Cena A.2, quando o participante B está contando sobre suas vivências no abrigo, relatando que em alguns momentos sente saudades da mãe e que ao sentir isso fica triste. Também é possível relacionar com o relato da Cena A.4, em que o participante C conta que reza todas as noites antes de dormir, para Jesus, para o tio que está morto e pede para voltar para sua família.

Na Cena A.6, o participante G conta sobre as coisas que considera ruim de se viver em um abrigo, como a saudade da mãe dando bronca ou parabenizando pelas notas na escola, deixando claro as diferenças entre as relações que tinha em sua família de origem e as que possuem morando no abrigo. Essa diferença é abordada por Parra et al. (2019), ao considerarem sobre o momento da institucionalização como sendo de muitas transformações na vida do sujeito, os vínculos são alterados e as relações familiares são modificadas, podendo gerar sentimento de insegurança nas crianças frente a sua nova realidade, além de prejuízos intelectuais, somáticos, emocionais e sociais.

Ainda sobre essas mudanças que ocorrem nas relações, Winnicott (1983) afirma ser muito importante a presença de uma mãe substituta nesses casos, sendo um dos papéis principais dos cuidadores nos abrigos. Tinoco e Franco (2011) consideram que essas ações dos cuidadores podem amenizar os danos causados pela separação inicial com a família e melhoram a autoestima da criança.

Na Cena A.5, o participante E relata que a última recordação que tem de sua mãe é no seu primeiro aniversário dentro do abrigo, que ocorreu logo que entrou, a mãe foi visitá-lo e levou um bolo para que comemorassem. Nesse relato é possível perceber uma ruptura nos vínculos, a qual pode ter ocorrido de forma bastante abrupta. Essa situação reporta-se diferentemente do que Esswein et al. (2021) destaca como sendo um processo natural em que o processo de *holding* se altera de forma progressiva, partindo de uma dependência total da criança em relação ao seu cuidador para uma independência. Dessa forma, na medida em que a dependência inicial vai amenizando, cria-se espaço para novas vinculações e experiências, solidificando, assim, a sua própria identidade.

De acordo com Winnicott (1983), uma mãe suficientemente boa deve fazer o papel de ego auxiliar do bebê, oferecendo a ele a experiência da onipotência, além de todo o amparo e continência necessários. Na Cena A.8, a participante D traz o relato de que as crianças que estão no abrigo não sentem mais amor próprio, pois é uma dor muito grande ser abandonado pelos pais. Pode-se pensar, então, que em alguns casos, as crianças que vivem nos abrigos não tiveram esse primeiro contato com uma mãe suficientemente boa e esse pode ser um dos motivos para se sentirem abandonadas, ou ainda, que não conseguiram fazer essa passagem progressiva para não se sentirem rejeitados.

Na Cena A.7 também é possível se questionar se houve uma mãe suficientemente boa, com um *holding* adequado, conforme Winnicott (1983, 1978/2000). Nela, o participante F conta sobre sua relação com a mãe que trabalhava como prostituta em casa, na presença da criança muitas vezes, não fornecendo a ela um ambiente saudável para se desenvolver e

nem o amparo e cuidado necessários. Por fim, conta que tinha medo de ter o mesmo futuro que o da mãe.

Desta forma, a partir das cenas selecionadas acima, juntamente com as pesquisas, é possível perceber que independentemente de como eram os vínculos que a criança possuía com sua família de origem, na maioria das vezes a institucionalização é um momento que gera ansiedade e medo diante da perda e mudança dos vínculos que a criança já conhecia. Além disso, através dos relatos observa-se que as crianças desde os primeiros dias de vida já estabelecem vínculos e relações, e as vivências desses momentos irão impactar o seu desenvolvimento como um todo.

Categoria B: Estrutura da instituição - funcionamento, rotina e regras.

De acordo com a LOAS (Brasil, 07 de dez., 1993), crianças e adolescentes devem ter direito à alimentação, saúde, educação e dignidade preservados, além disso é necessário assegurar-lhes proteção a qualquer forma de negligência, exploração e violência, esse amparo é a base das instituições de acolhimento. Tendo como suporte a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009), as instituições de acolhimento visitadas no artefato cultural analisado são de caráter provisório e excepcional, sendo acionadas quando a família de origem não consegue proporcionar à criança ou adolescente os direitos básicos já citados anteriormente. No documentário também é citado que o motivo que leva a maioria das crianças para os abrigos, são as questões relacionadas à pobreza, o que possibilita que mantenham contato com a família de origem, não havendo indicação para colocação em uma família substituta, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009), mas para terem suas necessidades básicas supridas é necessário que se mantenham abrigadas.

É possível perceber na Cena B.10 uma rotina padronizada e, de certa forma, rígida existente no abrigo, sendo que o participante C ao relatar o seu dia a dia, enfatiza os horários e regras, já tendo suas tarefas e ações pré-estabelecidas. Os aspectos presentes nesse relato foram mencionados anteriormente pelas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009) ao padronizarem as instituições de acolhimento de todo o território nacional. É possível pensar que essa rotina bastante atarefada pode deixar de lado o momento do brincar e do lúdico. Momentos esses que são considerados por Winnicott (1975) como fundamentais para o desenvolvimento infantil, pois são uma forma da criança expressar seus sentimentos e medos, além disso possibilita que ela transite entre o subjetivo e objetivo, rompendo essas

barreiras com a realidade. Marques et al. (2007) também destacam o brincar como uma forma da criança liberar o estresse e a tensão, e criar vínculos com seus pares e cuidadores.

Marques et al. (2007) enfatizam, ainda, sobre as rotinas sistematizadas dos abrigos, que acabam por deixar de lado as subjetividades e vontades de cada criança, dificultando, assim, a criação de vínculos e afetos. Esse aspecto pode ser identificado na Cena B.9, em que o participante B relata um certo “tédio”, principalmente em seus finais de semana, por não poder brincar do que realmente gosta e deseja, por não poder fazer as atividades que fazia antes de ser institucionalizado. Além disso, pode-se perceber nessa cena que, devido a essa rigidez, ocorre quase que um distanciamento entre as próprias crianças que estão institucionalizadas e que vivem no mesmo abrigo. Aspecto esse que pode ser prejudicial, segundo Cavalcante et al. (2019), pois para as crianças é fundamental o contato com seus pares para que haja uma identificação, tornando mais fluidas as relações entre os diferentes integrantes e espaços, sendo importante para o seu desenvolvimento, aumentando suas vivências.

Por mais que a relação entre os cuidadores que trabalham nos abrigos e as crianças que vivem lá seja diferente em diversos aspectos de uma relação familiar, Lemos e Silva (2019) enfatizam que há a criação de relações profundas entre eles, sendo que se investe tempo e afeto de ambas as partes, devido ao longo período que passam juntos e às identificações que ocorrem. Esse tipo de relacionamento carinhoso pode ser percebido na Cena B.11, momento em que a profissional que atua no abrigo, em uma conversa com as crianças, fala sobre o esforço em mobilizar ações que sejam benéficas para as crianças e seus irmãos, buscando tornar a experiência que a criança terá no abrigo a mais benéfica possível para ela. Parra et al. (2019) afirmam, também, sobre a importância desse movimento, pois é no abrigo onde ela realizará grande parte de suas construções enquanto sujeito e pode ser o momento em que poderá estabelecer um distanciamento de suas possíveis primeiras experiências negativas que vivenciou em sua família de origem.

Na Cena B.12, o participante D relata sobre a falta de privacidade e liberdade que vivencia dentro do abrigo, pelo fato de ter pessoas estranhas entrando e saindo da “sua casa” a todo momento. Esse relato vai contra o que é abordado na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009), priorizando que as instituições de acolhimento deveriam possuir um ambiente próximo ao familiar. Considera-se que com essa grande rotatividade de pessoas, esse ambiente pode se tornar um dificultador em certo grau para o desenvolvimento infantil, ocorrendo mais uma vez uma quebra ou dificuldade de vínculos entre a criança e seus primeiros cuidadores.

Ressalta-se que, de acordo com o grau de intensidade dessa quebra de vínculos, pode gerar prejuízos nas mais diversas áreas de seu desenvolvimento de uma criança (Parra et al., 2019).

É possível perceber por meio dos relatos e pesquisas elencadas que as instituições de acolhimento estudadas por terem muitas demandas, tanto de crianças para atender quanto de tarefas dentro dos abrigos, possuem dificuldades para olhar para cada criança de forma singular e individualizada. Além disso, acabam não dando prioridade para os momentos de brincadeiras e do lúdico, questões importantes para a criação de vínculos entre as crianças e os cuidadores e entre as próprias crianças.

Categoria C: Relações com cuidadores e entre as crianças

As instituições de acolhimento precisam ser para as crianças um local que garanta seus direitos, inclusive o estabelecimento de relações e vínculos. Winnicott (1978/2000) aborda sobre o conceito de *holding* que seria o amparo, a sustentação e a continência que a criança recebe, fazendo ligações entre seu mundo interno e externo, sendo fundamental que esteja presente nas primeiras relações que estabelece. Outro conceito importante quando se fala de vínculos, também de Winnicott (1978/2000), é o *handling* que se refere à rotina de cuidados a ser realizada com a criança, fazendo com que crie a percepção de si mesma e por consequência do seu espaço físico. Esses dois conceitos podem ser identificados na Cena C.15, em que o participante G, ao ser questionado em relação a pontos positivos de se morar no abrigo, fala sobre o apoio e carinho que recebe das pessoas que convivem lá com ela. Sobre a importância dos vínculos estabelecidos na primeira infância, Medeiros e Aiello-Vaisber (2014) reforçam a sua relevância para a ocorrência de um desenvolvimento psicológico saudável da criança.

Porém, como citado anteriormente, há uma certa rigidez nas tarefas e horários a serem cumpridos nessas instituições, o que acaba por vezes dificultando a presença do *holding*. Dessa forma, o *handling* ocorre, uma vez que as necessidades relacionadas a sua higiene, alimentação, segurança e bem-estar são supridas. Havendo em alguns casos uma defasagem maior do *holding*, que está relacionado ao amparo não apenas de maneira física, mas também psicológica.

Ainda em relação ao relato do participante G na Cena C.15, pode-se relacionar ao que Winnicott (1987/1995) considera quanto à relevância de fornecer para as crianças que estão privadas do convívio com suas famílias de origem um ambiente forte e estável. Além de acompanhamento psicológico, momento em que poderá ser identificado o nível de desenvolvimento emocional do sujeito, considerando possíveis danos causados e as ações que poderão ser realizadas como forma de intervenção. Ao relatar sobre o carinho e apoio

que recebe no abrigo, listando isso como pontos positivos de se estar lá, pode-se considerar esse abrigo institucional como sendo possivelmente um facilitador para o desenvolvimento dessa criança, pois pode-se identificar, nesse depoimento, elementos de proteção (Parra et al., 2019).

Os cuidadores que atuam nos abrigos relatam na pesquisa realizada por Marques et al. (2007) que o fato de possuir rotinas sistematizadas e bastante cheia de demandas, faz com que deixem de lado o olhar subjetivo e singular para cada criança, não suprimindo suas necessidades de afeto e dificultando a criação de vínculos. Esse relato também pode ser identificado no documentário, na Cena C.14, momento em que uma das cuidadoras da instituição conta que no abrigo em que trabalha uma das crianças possui Transtorno do Espectro Autista e acredita que seria melhor para ela se fosse morar com uma família, para assim receber um cuidado especial apenas para ele, pois não seria tratado igual as outras crianças como ocorre no abrigo.

Ainda sobre a Cena C.14, a cuidadora relata que essa criança está na instituição desde muito pequena, que foi praticamente “criada” por elas. Nesses casos, Lemos e Silva (2019) destacam que pode ocorrer um certo distanciamento dos cuidadores em relação às crianças, com o intuito de evitar sofrimento quando a criança sair do abrigo. Uma vez que, ao construir uma relação profunda com laços sólidos, a despedida se torna um processo mais difícil, pois em alguns casos os cuidadores possuem, com as crianças, uma relação que se assemelha à que possuem com seus próprios filhos.

Manter o equilíbrio dentro da relação cuidador e criança acaba se tornando uma tarefa difícil, pois por mais que a rotina seja bastante cheia, passam muito tempo juntos e acabam por criar vínculos. Porém, precisam manter o lado profissional para não se envolver muito com a situação, podendo prejudicar a si e a criança no momento em que deixar o abrigo (Medeiros & Martins, 2018). É necessário que tenham conhecimento sobre o seu papel diante das crianças e adolescentes que estão no abrigo, uma vez que, segundo o que pode-se identificar no relato da Cena C.14, não é o de pai e mãe. Tinoco e Franco (2011) estabelecem o papel dos cuidadores como sendo o de uma figura substitutiva de afeto, fornecendo à criança uma relação segura, a partir da qual poderão ser minimizados os possíveis danos causados pela separação inicial com a sua família de origem.

O relato do participante E na Cena C.16, de que as crianças mais novas são adotadas mais frequentemente pelo fato de se acostumarem mais facilmente com a nova família, pode ser relacionado ao que é explicado por Winnicott (1987/1995) como sendo uma facilidade ilusória. Nessas situações, os momentos de tristeza e os danos causados pela ruptura com sua família de origem podem ser tão intensos que podem afetar gravemente o caráter da

criança, não reconhecendo mais esse momento inicial de sua vida, sendo possível ocasionar até mesmo distúrbios. Spitz (2004) também enfatiza sobre os prejuízos que mudanças bruscas ocasionam no desenvolvimento na primeira infância, pois é um período em que está ocorrendo seu processo de maturação, podendo ocasionar diversos traumas em sua estrutura psíquica.

Para as crianças institucionalizadas é no abrigo que vão construir relações e aprender a viver em sociedade, descobrindo as diferentes maneiras de se relacionarem com o outro, podendo criar formas de relações diferentes da que tinham em sua família de origem (Parra et al., 2019). É possível perceber essa construção de novas formas de relacionamentos no relato do participante F na Cena C.17, ao contar que quando morava com sua família de origem tinha que realizar outras tarefas da casa não sobrando tempo para brincar, por isso sempre falava para as monitoras que deixassem as crianças mais novas brincarem, que ela mesma farias as tarefas deles, pois tinham que aproveitar enquanto podiam brincar.

A falta de momentos para brincar, para o lúdico identificada na Cena C.17 também é relatado por Marques et al. (2007). Os autores justificam a importância desses momentos para a liberação de estresse, criação de relações seguras e desenvolver sua própria identidade. Assim como Winnicott (1975), que destaca o brincar como uma forma fundamental de comunicação da criança, momento em que consegue expressar seus sentimentos.

Além da relação das crianças que residem no abrigo com os cuidadores que lá trabalham, também é importante levar em consideração a relação entre as próprias crianças. Cavalcante et al. (2007) ressaltam a importância dos vínculos que as crianças estabelecem com seus pares, criando identificações e facilitando a criação de conexões em diversos ambientes. Na Cena C.13 do documentário é possível perceber um certo distanciamento do participante C com seu colega de quarto, pois ao contar sobre sua rotina noturna, destaca que não conversam nada um com o outro antes de dormir, apenas leem gibis, rezam e vão dormir, por mais que dividam o mesmo quarto. Nesse relato é possível perceber que por mais que haja uma relação entre eles, vivendo em um ambiente em que um influencia o outro, pode-se considerar como sendo uma relação distante, há momentos de trocas, mas os vínculos não são profundos.

Sobre as relações estabelecidas dentro do abrigo, a partir os aspectos discutidos até o momento, pode-se pensar que, entre as próprias crianças, por vezes podem ser distantes, por serem desconhecidos uns para os outros até aquele momento, por não poderem brincar muito tempo juntos devido às suas tarefas, mas com o tempo pode criar vínculos de amizade, aspectos semelhantes às relações entre os cuidadores as crianças. Essas relações são

fundamentais para ressignificar as experiências iniciais que tiveram com suas famílias de origem.

Portanto, pode-se considerar que o processo de institucionalização sempre deixará marcas nas crianças que passam por ele, havendo um rompimento dos antigos vínculos e criação de novos, e a forma que esse processo irá suceder será determinante para a forma como ocorre seu desenvolvimento psicológico. As instituições de acolhimento, por serem locais com uma certa rigidez em relação a normas e regras, podem não propiciar o estabelecimento de vínculos mais profundos entre crianças e cuidadores, assim como entre as próprias crianças. Mas a importância desses vínculos e relações estabelecidas na infância mostra a relevância do trabalho dos cuidadores nos abrigos, e de acordo com Lemos e Silva (2019), acabam por deixar marcas importantes na vida de cada um dos sujeitos que passam por eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou identificar as possíveis repercussões no desenvolvimento psicológico na primeira infância de crianças quando são institucionalizadas. Buscou identificar o processo do desenvolvimento psicológico infantil, a partir da psicanálise, traçando uma possível compreensão das relações existentes entre cuidadores que trabalham em abrigos e as crianças que neles vivem e, também, a história e forma de funcionamento das instituições de acolhimento voltadas para crianças e adolescentes. Retomando todos esses aspectos destacados no artefato cultural escolhido, realizou-se possíveis integrações às pesquisas compiladas e o artefato cultural, elaborando, assim um entendimento acerca da temática.

A institucionalização de uma criança se faz necessária para que suas necessidades básicas sejam supridas e seus direitos não sejam violados. Ressaltando-se que trata-se de uma decisão que só é tomada quando todas as outras possibilidades de mantê-la com a sua família de origem já foram averiguadas.

O processo de separação da criança de sua família de origem terá repercussões em seu desenvolvimento, principalmente por ocorrer alterações em suas relações e vínculos, variando de acordo com a idade da criança. Independentemente de como eram as relações estabelecidas com seus familiares, será um momento de possível ansiedade, medo e insegurança.

As instituições de acolhimento sofreram diversas alterações em seu funcionamento ao longo dos anos, principalmente devido à mudança do olhar da sociedade para a infância, que fez com que fossem criadas diversas leis de proteção para elas. Atualmente, prioriza-se um local que principalmente, deve ser próximo ou na própria comunidade onde a criança vivia, proporcionando um ambiente semelhante ao familiar para ela. Por esses motivos se faz tão importante as relações e vínculos que são estabelecidas dentro dos abrigos, entre as crianças e seus cuidadores e entre as próprias crianças. É através deles que as experiências iniciais possivelmente negativas, serão ressignificadas, reestruturando seu processo de desenvolvimento.

O papel dos cuidadores é de extrema importância dentro dos abrigos institucionais, pois eles serão os responsáveis pela manutenção dos vínculos iniciais, atendendo as necessidades da criança. Tendo um lugar fundamental na vida de cada indivíduo que passa por seus cuidados dentro do abrigo, criando relações bastante significativas.

Portanto, é fundamental que esses profissionais recebam capacitações continuadas, compreendendo a importância e a magnitude de seu trabalho, diante de cada criança.

Aspectos que se trabalhados de forma pertinente contribuirão para o desenvolvimento infantil.

Tendo em vista os aspectos apresentados é importante atentar-se ao fato de que além de todos os percalços que a institucionalização pode trazer, o estigma social e o preconceito que pairam nessas crianças é um aspecto de grande relevância e que merece atenção, pois são marcas que podem levar para o restante de suas vidas. Assim, esse é um assunto de importância para toda sociedade pois diz sobre direitos e deveres que devem ser respeitados.

O processo de construção do Trabalho de Conclusão do Curso auxiliou na compreensão das importâncias das relações das crianças que estão institucionalizadas com seus cuidadores para que tenham um desenvolvimento saudável, e também os desafios para que essas relações aconteçam. Foi possível, também, identificar também que por mais que o processo burocrático de institucionalização seja o mesmo para todas as crianças, será sempre um acontecimento único para cada uma delas, tendo por consequência repercussões únicas em seu desenvolvimento, pois se tratam de crianças com suas individualidades, que vieram, por vezes, de famílias diferentes e que vão para instituições diferentes. Dessa forma é fundamental que sua subjetividade seja considerada para considerar as melhores ações a serem tomadas em cada caso.

Por fim, destaca-se a importância de aprofundar os estudos e pesquisas sobre esse tema para aprimorar as condutas realizadas com crianças institucionalizadas, visando sempre seu desenvolvimento e bem-estar, bem como sua subjetividade, ludicidade e a criação de vínculos mais saudáveis.

REFERÊNCIAS

- Bastos, A. (Produtora e Diretora). (2006). *O que o destino me mandar*. Brasil, Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC).
- Brasil (5, out., 1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF. Acesso em 12 de junho, 2022, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil (7, dez., 1993). *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (Lei Orgânica da Assistência Social)*. Brasília: DF. Acesso em xx de mês, 2022, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm
- Brasil (8, mar., 2016). *Lei n. 13.257, de 8 de março de 2016 - Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância*. Brasília: DF. Acesso em 28 de junho, 2022, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm
- Carneiro, H. S. & Dutra, R. M. M. (2019). Acolhimento institucional: um breve histórico da assistência à criança em São Luis - MA. In Editora Realize (Eds.). *Anais de Evento*, VI Congresso Nacional de Educação (s.p.). Fortaleza, Brasil: Realize.
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C. & Pontes, F. A. R. (2007). Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 7(2), 329-352.
- Couto, D. P. (2017). Freud, Klein, Lacan e a constituição do sujeito. *Psicologia em Pesquisa* 11(1), 1-10. DOI: 10.24879/201700110010094
- Dell’Aglío, D. D. & Siqueira, A. C. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100010>
- Eizirik, C. L. & Bassols, A. M. S. (2013). *O Ciclo da Vida Humana: uma perspectiva psicodinâmica*. (2a. ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Esswein, G. C., Teixeira, L. P., Lopes, R. C. S. & Piccini, C. A. (2021). Atenção à saúde do bebê na rede cegonha: um diálogo com a teoria de Winnicott sobre as especificidades do desenvolvimento emocional. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 31(03), e310311. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310311>
- Fernandes, J. B. P. & Peixoto, C. A. J. (2021). Apego e comunicação: considerando o desenvolvimento infantil sob a ótica da etologia e da psicanálise. *Psicologia USP*, 32, e190144. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e190144>

- Ferreira, F. P. M. (2014). Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais. *Serviço Social & Sociedade*, 117, 142-168. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282014000100009>.
- Fonseca, R. L. S. & Kelly, R. E. O. G. (2016). Acolhimento institucional: dos caminhos da história ao relato de experiência de atendimento de crianças e adolescentes na construção e perspectiva da autonomia. *Instituto Fazendo História*, s.p.
- Freud, S. (2006). *Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 7; J. O. A. Abreu & C. M. Oiticica, Trans.). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905).
- Freud, S. (2006). *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. 19; J. O. A. Abreu & C. M. Oiticica, Trans.) Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1925).
- Gil, A. C. (2019). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. (7a. ed.). São Paulo: Grupo GEN.
- Koller, S. H., Couto, M. C. D. P. & Hohendorff, J. V. (2014). *Manual de Produção Científica*. Porto Alegre: Penso.
- Laville, C. & Dionne, J. (1999) *A construção do saber: manual de metodologia em ciências humanas* (L.M.S.H. Monteiro & F. Settineri, Trans.). Porto Alegre: Artmed.
- Lemos, I. C. & Silva, R. B. F. (2019). Cuidado de crianças em acolhimento institucional: relações afetivas e dimensão temporal. *Psi UNISC*, 3(1), 173 – 191. DOI: <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v1i3.11892>
- Lima, M. P. (2018). A criança em instituições de acolhimento: o que dizem as pesquisas científicas. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 23(3), 271-281. DOI: <https://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20180026>
- Marques, C. M. L., Cano, M. A. T. & Vendrusculo, T. S. (2007). A percepção dos cuidadores sociais de crianças em abrigos em relação ao processo do cuidar. *Serviço Social & Realidade*, 16(2), 22-41.
- Medeiros, B. C. D. & Martins, J. D. (2018). O estabelecimento de vínculos entre cuidadores e crianças no contexto das instituições de acolhimento: um estudo teórico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(1), 74-87. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703002882017>
- Medeiros, C. & Aiello-Vaisber, T. M. J. (2014). Reflexões sobre holding e sustentação como gestos psicoterapêuticos. *Psicologia Clínica*, 26(2), 49-62. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-56652014000200004>
- Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (2021). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Secretaria nacional dos direitos da criança e do adolescente. Conselho

nacional dos direitos da criança e do adolescente. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). *As orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Parra, A. C. O., Oliveira, J. A., & Maturana, A. P. M. (2019). O paradoxo da institucionalização infantil: proteção ou risco? *Psicologia em Revista*, 25(1), 155-175. DOI: <https://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n1p155-175>.

Poletto, L. B. (2012, outubro). A (des)qualificação da infância: A história do Brasil na assistência dos jovens. Trabalho apresentado no *IX ANPED SUL Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul*, Caxias do Sul, Brasil.

Rodrigues, L. H. F. & Prebianchi, H. B. (2021). Estresse e estratégias de enfrentamento em crianças e adolescentes em acolhimento institucional em casas lares. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(num. esp. 3), e192765. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003192765>.

Roudinesco, E. & Plon, M. (1998). *Dicionário da psicanálise* (V. Ribeiro & L. Magalhães, Trads.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1944).

Sistema Único de Assistência Social - SUAS. (2011). *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS*. Brasília, DF: Sistema Único de Assistência Social.

Spitz, R. A. (2004). *O primeiro ano de vida*. (E. M. B. Rocha, Trad.) São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1887-1974).

Tinoco, V. F. & Franco, M. H. P. (2011). O luto em instituições de abrigamento de crianças. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 28(4), 427-434. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000400003>.

Venancio, R. P. (2010). *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil: Séculos XVIII – XX*. São Paulo: Alameda/ PUC Minas.

Venancio, S. I. (2020). Por que investir na primeira infância? *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 28, e3253. DOI: 10.1590/1518-8345.0000-3253

Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade* (J. O. A. Abreu & V. Nobre, Trads.) Rio de Janeiro: Imago.

- Winnicott, D. W. (1983). *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (I. C. S. Ortiz, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas.
- Winnicott, D. W. (1995). *Privação e delinquência*. (A. Cabral, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1987).
- Winnicott, D. W. (2000). *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. (2a. ed.; D. Bogomoletz, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1978).